

O CONCEITO DE IDENTIDADE EM PERSPECTIVA: as contribuições de Jörn Rüsen, Claude Dubar e Stuart Hall para a pesquisa sobre a formação de professores de História

Wilian Junior Bonete*

RESUMO: Este artigo tem por objetivo apresentar um conjunto de reflexões em torno do conceito de identidade. Argumenta-se que o termo identidade não é algo homogêneo no campo das ciências humanas e sociais e sua utilização no campo do Ensino de História deve ser problematizada. Neste sentido, estabelece-se um diálogo a partir das elaborações teóricas de Jörn Rüsen, Claude Dubar e Stuart Hall, corroborado por outros autores, no intuito de evidenciar caminhos e possibilidades para o empreendimento de investigações sobre a formação de professores de História.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade; Ensino de História; Formação Docente; Modernidade; Pós-Modernidade

The concept of identity in perspective: the contributions of Jörn Rüsen, Claude Dubar and Stuart Hall to research about training of history teachers

ABSTRACT: This article aims to present a set of reflections around the concept of identity. We argued that the concept of identity is not homogeneous in the field of human and social sciences and its use in the field of History Teaching must be problematized. In this way, it establishes a dialogue based on the elaborations of Jörn Rüsen, Claude Dubar and Stuart Hall, corroborated by other authors, in order to highlight paths and possibilities for research on the formation of history teachers.

KEYWORDS: Identity; Teaching of History; Teacher training; Modernity; Postmodernity

El concepto de identidad en perspectiva: las aportaciones de Jörn Rüsen, Claude Dubar y Stuart Hall a la investigación sobre la formación de profesores de Historia

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo presentar un conjunto de reflexiones sobre el concepto de identidad. Se argumenta que el término identidad no es homogéneo en el campo de las ciencias humanas y sociales y se debe problematizar su uso en el campo de la Enseñanza de la Historia. En este sentido, se establece un diálogo a partir de las elaboraciones teóricas de Jörn Rüsen, Claude Dubar y Stuart Hall, corroboradas por otros autores, con el fin de resaltar formas y posibilidades de emprender investigaciones sobre la formación de profesores de Historia.

PALABRAS CLAVE: Identidad; Enseñanza de la historia; Formación de profesores; Modernidad; Posmodernidad

*Doutor em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL). Contato: Rua Frontino Vieira, 821, bairro Fragata, CEP: 96040-700, Pelotas-RS, Brasil. E-mail: wilian.bonete@ufpel.edu.br. ORCID:0000-0003-0971-4192

(...) a identidade humana não é dada, de uma vez por todas, no nascimento: ela é construída na infância e, a partir de então, deve ser reconstruída no decorrer da vida. O indivíduo jamais a constrói sozinho: ele depende tanto dos juízos dos outros quanto de suas próprias orientações e autodefinições¹

As discussões acerca da profissão docente desenvolvidas no campo do Ensino de História têm se mostrado profícuas ao abordar questões relativas à formação, aos saberes e à identidade docente como importantes indicadores de análises sobre as diferentes realidades escolares. Ernesta Zamboni, ao elaborar um panorama sobre as características e as abordagens historiográficas das pesquisas sobre Ensino de História no Brasil, afirma que,

Não se pode pensar o ensino de História deslocado da formação do professor, que é de fundamental importância se considerarmos a docência como uma prática de pesquisa e, para delimitarmos melhor esse campo, **é necessário que pensemos na identidade do professor**. Para muitas das pesquisas voltadas para a produção do conhecimento é fundamental que haja uma relação íntima entre saberes e as práticas docentes.²

A reflexão sobre a formação da identidade do professor de História está ligada a dinâmica social que é composta por diferentes fatores sociais, políticos, econômicos e culturais, e por conflitos e contradições que, por sua vez, exercem influências sobre a vida pessoal deste professor e sobre as suas práticas cotidianas em sala de aula. Entende-se, pois, que a identidade docente não é apenas uma etapa, mas sim, um processo contínuo ao longo da vida, muito além do âmbito acadêmico.

Entretanto, o conceito de identidade não é algo comum a todos que dele fazem uso. Constitui-se numa temática complexa, alvo de constantes debates no campo das ciências humanas e sociais e assume diferentes características e definições dependendo da perspectiva adotada. Como já afirmado anteriormente, concebemos a identidade como um processo de construção levada a cabo pelo próprio indivíduo ao longo de sua existência na sociedade. Desse modo, algumas questões iniciais perfazem a composição deste texto: de que forma ocorre o processo de formação da identidade? Quais são os elementos que estão imbricados na constituição da identidade do ser humano? Qual é a importância da alteridade? Como se constitui a identidade dos professores de História?

A identidade é uma construção que se efetiva, pelo indivíduo, mediante a narrativa histórica, pautada em suas múltiplas experiências vivenciadas em sociedade. A identidade – tanto a nível pessoal como profissional – não é fixa, imutável, mas sim, algo que se transforma ao longo do tempo, a partir de um protagonismo do sujeito, baseado em diferentes referências, como valores, sentimentos, tradições, cultura, vivências escolares e acadêmicas, saberes, práticas, cultura escolar, cultura histórica, dentre outros fatores.

É importante pontuar que as discussões aqui desenvolvidas constam em nossa tese de doutorado intitulada “*Identidade e Consciência histórica: um estudo com professores de História que atuam na Educação de Jovens e Adultos – Paraná*”³ defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). O trabalho ancorou-se nos referenciais advindos do Ensino de História e da Didática da História que nas últimas décadas têm contemplado investigações sob diferentes óticas teórico-metodológicas. Os pesquisadores dessas áreas têm desenvolvido inúmeros diálogos com diferentes áreas do saber, mas sobretudo, procuram basear-se nos fundamentos da ciência histórica.

Desse modo, no primeiro momento do artigo apresentamos um debate acerca da identidade na perspectiva da modernidade e pós-modernidade. No segundo momento discorreremos sobre a identidade a partir das formulações de Jörn Rüsen, Claude Dubar e Stuart Hall em consonância com os conceitos de narrativa, formação e socialização, relacionando a discussão às possibilidades investigativas para a formação de professores de História.

Identidade em perspectiva: entre a modernidade e a pós-modernidade

Para refletirmos sobre o conceito de identidade, esboçaremos, inicialmente, as suas características em relação às chamadas modernidade e a pós-modernidade. A historiadora Ellen Wood⁴ aponta que a modernidade está atrelada ao processo de racionalização, isto é, o processo de racionalização do Estado na organização burocrática, da economia no capitalismo industrial, da cultura na disseminação da educação, no declínio da superstição e no progresso da ciência e da tecnologia.

Além disso, a modernidade é associada a determinados padrões intelectuais ou culturais que remontam ao Iluminismo e à obsessão pelo planejamento racional, às visões totalizantes do mundo, ao universalismo e à crença no progresso linear, especialmente da razão e da liberdade. O mundo moderno é um mundo em disparada, não somente em seu

ritmo de mudança social acelerado, mas também pela sua amplitude e profundidade com que afeta as práticas sociais e os modos de comportamentos preexistentes.

José Carlos Reis destaca que a modernidade significou uma revolução cultural ocorrida no ocidente que tornou possível a expansão europeia pelo mundo, e mais: “(...) internamente constituiu uma nova ordem política (Estado burocrático), uma nova ordem econômica (ética do trabalho e empresa capitalista) e uma nova ordem social (a não fraternidade religiosa)”.⁵

Para além das transformações culturais e políticas, a Europa vivenciou um processo de desencantamento das concepções religiosas que regiam o mundo, um processo de racionalização cuja cultura se laicizou. As sociedades passaram a ser movidas, dente outros fatores, pela empresa capitalista.⁶

Diante disso, compreende-se que a modernidade foi, em grande parte, um projeto cujo meio era o conhecimento e, como meta, almejava a organização e o controle do mundo. Todo o projeto – e a forma da vida moderna – fundamentava-se numa concepção filosófica e científica de desenvolvimento e progresso, bem como na crença de que através da razão se poderia alcançar a verdade.⁷

Para Jörn Rüsen, a modernidade possui o seguinte sentido:

Modernidade quer dizer que o homem desenvolveu a capacidade de organizar a vida humana conforme conhecimentos e descobertas devidas à racionalidade e à pesquisa científica. Essa capacidade foi combinada com a promessa de erigir por via da racionalização o império do homem (*regnum hominis*). Corre que entrementes estamos vivenciando um fenômeno oposto. Temos a sensação de estar perdendo progressivamente as fontes do sentido e da significância de nossa própria vida. As fontes do sentido e do significado na vida cultural estão secando.⁸

Na visão de Rüsen, a sociedade, no século XX, passou a sentir uma crise na noção de progresso. O projeto moderno, de cunho iluminista, passou a sofrer duras críticas e a razão foi vista como a máscara do interesse particular europeu. Conforme salienta Reis,

O século XX se deu historicamente conta dessa crise da Razão, já percebida e formulada por aqueles autores do século anterior, em meio as tragédias que acompanharam a derrota da Europa. O pensamento dessa derrota seria o “pós-moderno”. A pós-modernidade desconstrói a metafísica humanista da subjetividade moderna – deslegitima, deslembra, desmemoriza, quer esquecer o discurso da Razão que levava ao totalitarismo, ao holocausto, às guerras mundiais.⁹

A “Crise da Razão”, conforme Reis, implicou também em uma crise de identidade, uma vez que a razão e a consciência, pontos centrais da concepção de homem iluminista moderno, estavam sob julgamentos. Reis destaca ainda que

(...) A Razão, instrumento com que o Iluminismo queria combater as trevas da superstição é denunciada pela “sensibilidade pós-moderna” como principal agente de dominação.¹⁰

Nesse quadro a respeito da modernidade, cujas bases eram sólidas, as identidades eram vistas como estáveis, fixas e toda mudança não era bem vista. Os conceitos predominantes, nesse contexto, pautavam-se na razão, na consciência, na verdade e na universalidade. Esses conceitos ganharam impulsos, ainda exercem influências na atualidade, porém veem passando por algumas transformações.

Desde o fim da 2ª Guerra Mundial temos vivenciados diferentes transformações na sociedade. François Hartog possui uma interessante abordagem, no rol de suas produções historiográficas, sobre a questão das múltiplas temporalidades vivenciadas pelos seres humanos no mundo Ocidental. Para tanto, o autor desenvolveu o conceito denominado *Regimes de Historicidade*, para entender as diferentes ênfases que as sociedades atribuem ao passado, ao presente e ao futuro.

O Regime de Historicidade, conforme o autor, não se refere a uma realidade pronta, acabada, mas se constitui num instrumento, heurístico, que possibilita o historiador a esclarecer e tornar inteligível as diversas experiências temporais, em suas permanências e rupturas, das sociedades ocidentais.¹¹

Hartog explica ainda que o termo historicidade (ao invés de temporalidade) foi escolhido por expressar a forma e a condição histórica humana, ou seja, a maneira como um indivíduo ou uma coletividade se instaura e se desenvolve no tempo. Nesse sentido,

(...) o regime de historicidade não pretende falar da história do mundo passado, e menos ainda do que está por vir. Nem cronosofia, nem discurso sobre a história, tampouco serve para denunciar o tempo presente, ou para deplorá-lo, mas para melhor esclarecê-lo. (...) Partindo das diversas experiências do tempo, o regime de historicidade se pretenderia uma ferramenta heurística, ajudando a melhor apreender, não o tempo, todos os tempos ou a totalidade do tempo, mas principalmente momentos de crise do tempo, aqui e lá, quando vêm justamente perder sua evidência as articulações do passado, do presente e do futuro.¹²

Regime de historicidade, adverte Hartog não é algo observável, empírico ou registrado em livros e revistas. É uma construção elaborada pelo próprio historiador. Não deve ser visto como um regime que, de maneira linear, sucede ao outro. Isto porque, a ordem

do tempo é sempre diferente nas sociedades, visto que as sociedades atribuem ênfases (e predominâncias) ao passado, presente e futuro, de maneiras muito peculiares e distintas.

Mediante a isso, Hartog aponta que ao longo do século XX desencadeou-se um processo em que a experiência contemporânea do tempo passou a ser entendida como um presente perpétuo, inacessível e quase imóvel que busca, apesar de tudo, produzir para si mesmo o seu próprio tempo histórico. Tudo se passa como se não houvesse mais nada do que o presente. Essa experiência contemporânea o autor denomina de *presentismo*. Acerca ainda dessa concepção, ele aponta

O presentismo pode, assim, ser um horizonte aberto ou fechado: aberto para cada vez mais acelerações e mobilidades, e fechado para uma sobrevivência diária e um presente estagnante. A isso, deve-se ainda acrescentar outra dimensão de nosso presente: a do futuro percebido não mais como promessa, mas como ameaça; sob a forma de catástrofes, de um tempo de catástrofes que nós mesmos provocamos.¹³

Esse presente, dominador, deve-se, sobretudo, pelas novas configurações do consumismo, do capitalismo, da globalização, e aliado aos diferentes aparatos e inovações tecnológicas. Nada é feito para durar por muito tempo, o passado já não fornece exemplo, o futuro é lugar que não existe, logo, é no presente, e para o presente, que a vida e a experiência concreta devem ocorrer.

Hartog enfatiza que o presente tornou-se o horizonte principal diante do fim das utopias revolucionárias (maio de 1968), da crise econômica (do petróleo) de 1974, do desemprego em massa e do enfraquecimento do Estado de Bem-Estar Social. Mediante a tais desilusões, a falta de perspectivas de projetos possíveis, “(...) o presente agora produz, ele mesmo, diariamente o passado e o futuro de que sempre precisa, dia após dia, e valoriza sempre o imediato”.¹⁴

Hartog adverte que o termo presentismo não é suficiente dar conta dessas crises e experiências, porém, a reflexão que o conceito nos proporciona aponta os riscos e as consequências de “(...) um presente onipresente, onipotente, que se impõe como único horizonte possível e que valoriza apenas o imediatismo”.¹⁵

Zygmunt Bauman¹⁶, ao empreender sua análise sobre este contexto, na perspectiva sociológica, afirma que vivemos na chamada “modernidade líquida”, cuja liquidez invadiu todos os setores da modernidade que antes eram considerados sólidos. O âmbito econômico se tornou extraterritorial, independentemente do local de trabalho, já que anteriormente era localizado e vigiado no ambiente fabril. Os bens materiais não mais

dependem da localidade onde são produzidos, nem mesmo dos que trabalham (que agora passaram a ser mão-de-obra flexível, com menos direitos trabalhistas). No que tange ao poder, que anteriormente era dependente da localidade, segundo o autor, tornou-se fluído, sem mais a necessidade de se estar em um local para mantê-lo sob controle.

A segurança da ordem social, dada na modernidade sólida, que poderia garantir um “seguro coletivo contra os infortúnios individuais” desfez-se. Em relação ao futuro, (...) “a insegurança decorre justamente pelo fato de que o poder moderno não é mais público (manutenção e segurança do mundo público), mas sim privatizado, contingente, e para os indivíduos, fugaz”.¹⁷

Sobre a vida na modernidade líquida, Bauman nos aponta que as realizações individuais não devem ser solidificadas de modo permanente. Para o autor, a sociedade muda constantemente e aceleradamente, isto é, “(...) em num piscar de olhos, os ativos se transformam em passivos, e as capacidades em incapacidades”.¹⁸ E mais,

(...) As condições de ação e as estratégias de reação envelhecem rapidamente e se tornam obsoletas antes de os atores terem uma chance de aprendê-las efetivamente. Por essa razão, aprender com a experiência a fim de se basear em estratégias e movimentos táticos empregados com sucesso no passado é pouco recomendável: testes anteriores não podem dar conta das rápidas e quase sempre imprevisíveis (talvez imprevisíveis) mudanças de circunstâncias. Prever tendências futuras a partir de eventos passados torna-se cada dia mais arriscado e, freqüentemente, enganoso. É cada vez mais difícil fazer cálculos exatos, uma vez que os prognósticos seguros são inimagináveis: a maioria das variáveis das equações (se não todas) é desconhecida, e nenhuma estimativa de suas possíveis tendências pode ser considerada plena e verdadeiramente confiável.¹⁹

A vida na modernidade líquida é vivida em condições de incertezas constantes. Bauman²⁰, salienta que não há como saber o que nos espera e não se deve esperar que as estruturas, quando (se) disponíveis, durem por muito tempo. Então, como pensar a identidade em tempos de incertezas e mudanças?

Para Bauman a identidade é algo complexo, uma vez que

O mundo construído de objetos duráveis foi substituído pelo de produtos disponíveis projetados para a imediata obsolência. Num mundo como esse, as identidades podem ser adotadas e descartadas como uma troca de roupa. O horror da nova situação é que todo diligente trabalho de construção pode mostrar-se inútil e o fascínio da nova situação, por outro lado, se acha no fato de não estar comprometida por experiências passadas de nunca ser irrevogavelmente anulada, sempre “mantendo as opções abertas”.²¹

Bauman²² pontua que, no contexto da modernidade líquida, para se manter as opções abertas, os seres humanos não devem apegarem-se aos padrões e às condutas exemplares, ao passado, à história ou a qualquer tipo de vida que remeta a algo estático. A pedra de toque da modernidade líquida é não permitir que se construa uma identidade fixa ou que se construam experiências, relações sociais e formas de vivências que sejam duradouras ou estáveis.

Nessa direção, trazemos ao centro do diálogo Stuart Hall²³ e sua concepção de identidade na pós-modernidade. O autor nos aponta que as mudanças estruturais ocorridas no mundo social abalaram as formas tradicionais de identificações entre homens e mulheres. Nesse contexto, as classes, as divisões de gênero (masculino e feminino), a etnia, a nacionalidade, não exercem mais a força e a coesão, tal como no passado, na modernidade, que forneciam sólidas localizações como indivíduos sociais²⁴. Em outros termos, o autor lança o seguinte postulado:

(...) as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada "crise de identidade" é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social.²⁵

Nessa direção, Hall destaca ainda que as múltiplas transformações sociais, sobretudo pós-1945, modificaram as nossas identidades pessoais, colocando à prova a ideia de que temos em nós mesmos, enquanto sujeitos integrados. A perda do “sentido em si” – que era estável – pode ser entendida como o deslocamento ou descentração do sujeito. “Esse duplo deslocamento dos indivíduos, tanto de seu lugar no mundo social e cultural, quanto de si mesmos, constitui uma “crise de identidade”²⁶.

Hall argumenta, ainda, que

O sujeito previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades. Algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas. Correspondente, as identidades, que compunham as paisagens sociais “lá fora” e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as “necessidades” objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais.²⁷

O fragmento textual, acima destacado, mostra aspectos relativos à construção do sujeito pós-moderno, concebido como (...) “*não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente*”²⁸. A identidade, segundo o mesmo autor, é formada e transformada

continuamente em relação às formas pelas quais os seres humanos são representados ou interpelados nos sistemas culturais em que estão inseridos, sendo assim definidas historicamente. Dentro do ser humano, habitam inúmeras identidades contraditórias, que o impulsionam em diferentes direções, de tal maneira que as identificações estão em constantes reelaborações na sociedade.

A concepção de identidade proposta por Hall parte da ideia de que os indivíduos não possuem mais autonomia para responderem a pergunta existencial “quem sou eu?” uma vez que a própria resposta está condicionada pelo regime de historicidade da época em que se vive. A sociedade não cumpre suas promessas, muda-as constantemente e exige que os indivíduos também tenham a mesma atitude.

Diante da concepção de identidade descentralizada, dinâmica e, ao mesmo tempo, contraditória, podemos questionar: como os seres humanos se relacionam com a sua realidade social, cultural e temporal? De que modo estabelecem a sua continuidade no tempo e no espaço? Como instituem o seu pertencimento nesse mundo em constante movimento? O ser humano estaria sempre fadado a certas determinações e demandas da sociedade sem chances de refletir sobre os elementos que poderiam ser incorporados ou refutados em sua identidade? O ser humano estará sempre desprovido de sentido em suas ações?

Os questionamentos aqui lançados serão refletidos no próximo subitem. Procuraremos argumentar que o indivíduo, embora viva num mundo de identidades fragmentadas, ainda assim possui um protagonismo na formulação de sua identidade pessoal e profissional, na constituição de sentido mediante o processo narrativo da instituição de si, na relação com o outro.

Identidade à prova do tempo: narrativa, formação e processos de socialização

Para responder as indagações elencadas anteriormente, buscaremos, a partir de agora, uma ancoragem, primeiramente, nas elaborações teóricas de Jörn Rüsen, cujo conceito de identidade tem sido uma de suas preocupações conceituais. Na obra intitulada *Teoria da História: Uma Teoria da História como Ciência*²⁹ o autor dedica uma parte específica para o tema da identidade e elabora uma crítica às concepções que colocam a identidade, exclusivamente, na subjetividade e, também, aquelas concepções que reduzem os sujeitos a meros reflexos do coletivo.

A concepção de identidade para Rüsen está articulada, de modo indissociável, ao pensamento histórico e à narrativa. Nos processos mentais em que o sujeito obtém a certeza

de si, para além de todas as mudanças temporais de sua vida, não há como responder à pergunta “quem sou eu”, sem contar uma história sobre as experiências e vivências de sua própria vida. Esse processo, no qual o ser humano constitui a relação a si mesmo é denominado de subjetividade³⁰.

Nessa direção, Rüsen aponta que

O sujeito humano relaciona-se sempre com algo fora de si (em termos psicológicos, chamado usualmente de “objeto”). Isso pode ocorrer de diversas formas. Uma forma de relacionamento pode consistir em identificar-se com algo que não se é, apropriando-se dele. Com essa apropriação (em termos psicológicos chamada também de “introjeção”), o eu ganha perfil, forja suas características individuais. (...) A subjetividade humana forma-se em uma miríade de diferentes identificações, com intensidade diversa e alto grau de variação. Ela se constitui, por assim dizer, em inúmeras identificações pelo mundo afora.³¹

A partir dessas afirmações, Rüsen destaca que tal realidade serve a alguns teóricos para rejeitar a noção de uma identidade humana única, pois como vimos em Hall ou Bauman a noção de uma identidade plenamente unificada já não é possível no quadro da pós-modernidade. Rüsen, por sua vez, não nega por inteiro esses pressupostos, no entanto, ele afirma que o sujeito não se perde em meio às identificações, mas pelo contrário, constitui-se nelas e por elas, forjando assim as suas características individuais.

Gertrud Nunner-Winkler³² corrobora o posicionamento de Rüsen afirmando que as teses pós-modernas sobre a identidade estão sofrendo críticas, isto porque elas apresentam os indivíduos como sendo aqueles que necessitam de orientação, ação e relacionamentos (porém que nunca as encontram), ou mesmo como alguém muito doente, esquizofrênico com múltiplas perturbações de personalidade devido às muitas identidades possíveis.

Para Nunner-Winkler é primordial que haja um sentimento de unidade, não apenas para o bem-estar psíquico do indivíduo, mas também para a manutenção de sua saúde. Desse modo, a solução para a constituição da identidade pessoal encontra-se na *competência narrativa* pela qual o indivíduo atribui sentido e significado à sua vivência por meio do ato narrativo, biográfico, autorrelato. Trata-se de uma unidade coerente, porém continuamente revisada a partir da contingência vivenciada, unindo diferentes, heterogêneos, dentro de uma figura uníssona³³.

Nesse sentido, Rüsen desenvolveu a noção de *identidade histórica* (o “eu” no fluxo do tempo). A identidade histórica, aponta o autor, é

(...) o suprasumo de uma diversidade de identificações articulada coerentemente em perspectiva temporal. Ela integra acontecimentos, pessoas e fatos do passado na

relação de um sujeito pessoal ou social para consigo mesmo. O critério dessa coerência é uma concepção do tempo que viabilize a consciência e a vida do eu humano em sua extensão temporal.³⁴

Na perspectiva de Rüsen, o que produz a síntese entre o presente de um sujeito com seus respectivos projetos de futuro é a *narração de histórias*. Para o autor, as narrativas históricas da formação de identidade produzem uma expansão temporal do horizonte do ser humano. Contudo, a formação histórica da identidade está imbuída das relações de poder e representa, para o horizonte cultural da vida humana, um foco constante de inquietações.

Nas palavras do autor

A identidade não surge assim, do nada. Ela requer esforços ingentes, de modo a poder ser vivida e ser eficiente no relacionamento (individual) de cada pessoa e de cada sociedade, assim como na relação (social) de uma sociedade a outra. É nela que se ancoram as relações previamente presentes na vida, a serem interpretadas na profundidade da subjetividade humana mesma. Nesse “aprofundamento”, tais relações carregam consigo seu potencial de conflito e lidam com ele na formação do eu humano.³⁵

Nessa perspectiva, compreendemos que o entrelaçamento de aspectos individuais e coletivos, no processo de constituição da identidade, ocorre mediante um discurso coerente que o indivíduo faz a respeito de si mesmo, no tempo e no espaço. O sujeito, ao narrar a sua vida, inventa-se e institui o seu pertencimento no mundo. Pela narrativa, o sujeito procura manter uma personalidade coerente de sua vida, mas também uma continuidade experiencial, uma vez que cria continuidade nas diferentes fases de sua vida.

Geयो Germinari³⁶, ao refletir sobre as concepções postuladas por Rüsen, afirma que é possível considerar a identidade como o lugar onde o indivíduo se forja pela narrativa. Cria-se um sentimento de continuidade no tempo e um sentimento de coerência interna, que permite o indivíduo interpretar a si mesmo narrativamente, como sendo um indivíduo singular, porém imbuído e influenciado por elementos sociais e culturais e, acrescenta-se aqui, pelo outro.

Os seres humanos criam as suas próprias identidades por meio do exercício narrativo de identificar a sua vida, a si mesmo, no fluxo do tempo. Todavia, a experiência do tempo é sempre uma experiência de perda iminente da identidade, cuja experiência mais radical é a morte. A capacidade dos seres humanos de agir depende da aptidão de fazerem valer a si próprios, a sua subjetividade, nas relações com os outros, como permanentes, ao longo do tempo. Rüsen³⁷ enfatiza que é necessário que o indivíduo interprete o tempo e as suas mudanças, a fim de continuar seguro de si e não se perder no fluxo temporal.

A partir desse momento, trazemos junto ao diálogo aspectos relativos ao pensamento do sociólogo francês Claude Dubar³⁸ que nos fornece esclarecimentos, do ponto de vista sociológico, acerca do processo de formação da identidade e o papel do outro. Entendemos que o pensamento de Dubar aproxima-se das concepções propostas por Rüsen pois ambos entendem que a identidade é um processo construtivo histórico e social.

Dubar concebe, acima de tudo, que a identidade de uma pessoa é o que ela tem de mais valioso, sendo que a sua perda gera alienação, angústia e morte. Desse modo, salienta

(...) Ora, a identidade humana não é dada, de uma vez por todas, no nascimento: ela é construída na infância e, a partir de então, deve ser reconstruída no decorrer da vida. O indivíduo jamais a constrói sozinho: ele depende tanto dos juízos dos outros quanto de suas próprias orientações e autodefinições.³⁹

De maneira sistemática, a identidade, enquanto característica singular de uma pessoa, consiste numa *dualidade social*, isto é, a “identidade para si” e a “identidade para o outro”, que são inseparáveis e articuladas problemáticamente entre si. Inseparáveis, porque a identidade para si é correlata ao *outro* e ao seu reconhecimento, visto que nunca sabemos quem somos a não ser pelo olhar outro. Problemáticas porque a experiência do outro nunca é vivida diretamente pelo eu, de modo que contamos com nossas comunicações para nos informarmos sobre a identidade que o outro nos atribui e, dessa forma, para forjar uma identidade para nós mesmos.⁴⁰

Nas palavras de Dubar,

(...) todas as nossas comunicações com os outros são marcadas pela incerteza: posso tentar me colocar no lugar dos outros, tentar adivinhar o que pensam de mim, até mesmo imaginar o que eles acham que eu penso deles, etc. Não posso estar na pele deles. Eu nunca posso ter certeza de que minha identidade para mim mesmo coincide com minha identidade para o Outro. A identidade nunca é dada, ela é sempre construída e deverá ser (re) construída em uma incerteza ainda maior ou menor e mais ou menos, duradoura.⁴¹

Por esse lado, a identidade configura-se como

(...) o resultado a um só tempo estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, conjuntamente, constroem os indivíduos e definem as instituições.⁴²

Essas considerações nos permitem compreender que a identidade é um processo socialmente construído, e ao mesmo tempo, inacabado, ao longo da vida. O ser humano socializa-se em sua trajetória existencial pelo mundo e segue incorporando normas, valores,

crenças, princípios, pontos de vistas e comportamentos que lhe permite atribuir uma congruência à sua identidade pessoal e auxilia em sua integração social.

Todavia, esse processo de constituição da identidade humana não ocorre de maneira estável ou linear, mas sim, de forma dinâmica e complexa, na medida em que cada ser humano pode recusar uma identificação e se definir de outra forma. Há de se considerar que, sendo esse um processo socialmente construído, as identidades mudam de acordo com as mutações dos grupos de referência, aos quais o indivíduo pertence, conforme alteram as suas expectativas, os seus valores e as suas configurações identitárias.⁴³

Além disso, os indivíduos e os grupos possuem capacidades de ação (e protagonismo) e desenvolvem estratégias identitárias que lhes permitem, por um lado, escolher um grupo de referência ao qual irão pertencer e, por outro lado, estratégias a fim de resolver conflitos mediante as contradições institucionais, grupais ou o antagonismo de referências incompatíveis.

Para Dubar⁴⁴, as estratégias identitárias acima elencadas podem ser definidas como procedimentos utilizados (consciente ou inconscientemente) para atender a uma ou a várias finalidades, elaborados em função de interações em determinados contextos sócio-históricos, culturais e psicológicos de tais situações. A dinâmica dos processos de construção das identidades ocorre na interação social e cultural e como tal resulta das várias experiências sociais e históricas que os seres humanos vivenciam. Clara Santos comenta a perspectiva de Dubar afirmando que

A socialização é, portanto, um processo inacabado, permanente e interactivo, implicando um diálogo multidireccional entre os socializadores e o socializado, exigindo renegociações permanentes de acordo com a ordem temporal, as circunstâncias e os contextos de acção, bem como de acordo com o percurso de vida do socializado.⁴⁵

A socialização é um processo de construção identitária que é amplificada não apenas pela família, pelo trabalho, etc., “(...) mas também pelo indivíduo que negocia e (re) interpreta as ambivalências, as condutas e os sentimentos de pertença, definindo uma identidade pessoal e uma forma singular de agir, de ler e de interpretar a sua realidade social”.⁴⁶

Acerca da dualidade social da identidade – a *identidade para si* e a *identidade para o outro* –, a identificação faz uso de categorias socialmente disponíveis, em níveis

diferentes, como por exemplo, designações do Estado, denominações étnicas, regionais, profissionais, dentre outros.⁴⁷

Dubar denomina como *atos de pertencimento* os que exprimem que tipo de homem ou mulher você que ser, isto é, a identidade para si; e *atos de atribuição* os que visam definir que tipo de homem ou mulher você é, ou seja, a identidade para o outro. “Com efeito, é *pela e na* atividade com os outros que o indivíduo é identificado e levado a endossar ou a recusar as identificações que recebe de outras pessoas e das instituições”.⁴⁸

De acordo com Dubar, estamos diante de dois processos heterogêneos:

- a) O primeiro se refere ao *processo biográfico* (identidade para si) que pode ser definido como uma construção no curso do tempo, pelos indivíduos, de suas identidades sociais e profissionais e que consiste na *história que as pessoas contam sobre quem elas são*. Nesse âmbito, categorias oferecidas por instituições como família, escola, igreja, mercado de trabalho, emprego, dentre outras, são consideradas acessíveis e valorizantes no plano pessoal, isto é, o subjetivo.
- b) O segundo concerne ao *processo relacional* (identidade para o outro), que é a identidade atribuída pelas instituições e pelos agentes que estão em interação direta com os indivíduos. Para apreender a identidade relacional do indivíduo é necessário considerar e analisar o interior dos sistemas de ação em que a pessoa está envolvida, as relações de poder e a configuração estruturante dessas instituições.

Diante de tais aspectos o pensamento de Rüsen⁴⁹ se aproxima às considerações de Dubar (2005), uma vez que a identidade é construída mediante a narrativa histórica, o contar histórias sobre a trajetória do “eu” ao longo do tempo, nas diversas circunstâncias de vida. A identidade humana não se sustenta apenas pela subjetividade, por aquilo que o indivíduo deseja ser. É necessário considerar que a sociedade confere imagens e representações sobre a singularidade do indivíduo e, mais do que tudo, é imperativo o estabelecimento de uma relação reflexiva com essas demandas, para que não ocorra a supressão do indivíduo.

Acerca disso, Rüsen⁵⁰ enfatiza que o ser humano tem que interpretar as mudanças temporais com relação a si mesmo, com os outros seres humanos e com as instituições que inferem diretamente em seu cotidiano. As *representações da continuidade* consistem

justamente na resistência à perda de si e ao seu esforço de autoafirmação, estabelecendo assim, um sentido à sua experiência singular no tempo.

Para Dubar, a construção das identidades realiza-se, pois, na articulação entre os sistemas de ação, que propõem “identidades para si” e “identidades para o outro”, as quais os indivíduos aderem. Ela pode ser analisada em termos, tanto de continuidade entre identidade herdada e identidade visada, como em termos de ruptura. Pode ser traduzida tanto por acordos como por desacordo, interiorizada ou projetada pelo indivíduo. Em todo caso, a questão colocada por Dubar é a seguinte: “(...) a identidade de uma pessoa não é feita à sua revelia, no entanto não podemos prescindir dos outros para forjar nossa própria identidade”.⁵¹

As elaborações de Dubar nos são valiosas, pois reforçam o argumento aqui defendido de que, primeiro, a identidade histórica é uma via em constante movimento e transformação ao longo do tempo, sendo influenciada pelas interações e situações de contextos sócio-históricos e culturais diversos; segundo, o ser humano possui certo protagonismo em relação à constituição de sua identidade, os elementos que pretende incorporar à sua singularidade, muito embora não seja possível desconsiderar a influência do outro, das instituições, dos grupos e do meio no qual o indivíduo pertence. Ocorre que em toda a trajetória social da vida, o ser humano interage, desenvolve estratégias e (re) negocia as identidades oferecidas com as identidades reivindicadas.

Considerações finais

Compreendemos assim, que o conceito de identidade formulado por Rüsen⁵² – *identidade histórica* – e corroborado pela concepção de identidade postulada por Dubar⁵³ – *identidade para si e identidade para o outro* –, emerge entre as concepções de identidade como algo exclusivo da subjetividade humana e também aquelas que reduzem os indivíduos a meros determinismos ou reflexos da sociedade. O ser humano constitui-se por meio de um discurso coerente que faz de si mesmo, um discurso que exige um processo de consciência de sua própria historicidade, sem negar as influências culturais e as pressões situacionais das diferentes realidades sociais.

A perspectiva de Dubar aponta para o dualismo no processo de constituição da identidade – pessoal e profissional. Desse modo, podemos conceber que, por um lado, a “identidade para si”, do professor de História, constrói-se na sua prática cotidiana. É influenciada pelas suas escolhas e relações culturais, na interação com os seus pares, com os

seus alunos, mediante os saberes históricos científicos e os diversos saberes pedagógicos e sujeitos que envolvem a realidade escolar.

Por outro lado, o professor precisa lidar com as “representações” do que é ser professor, bem como a influência das adjetivações e das atribuições do seu cargo ocupado e desenvolvido na escola (função docente e as disciplinas que ministra), que implicam, por sua vez, na formação de sua “identidade para o outro”.

As contribuições de Hall⁵⁴ também são fundamentais para a pesquisa sobre a formação de professores de História uma vez que nos mostram que uma identidade plena e unificada já não é mais possível de ser pensada no mundo contemporâneo. Isso ocorre porque os indivíduos estão imersos em uma sociedade que muda constantemente e conseqüentemente tais mudanças afetam a subjetividade dos indivíduos gerando diferentes identificações. Este é o sujeito pós-moderno caracterizado pela mudança e a inconstância, porém, aberto a novas possibilidades de desenvolvimentos identitários.

Por fim, o diálogo entre os autores aqui elencados, sobretudo Rüsen, Dubar e Hall nos permitem compreender que a identidade do professor de História é configurada processualmente ao longo da vida, por meio das relações estabelecidas com o lugar vivido, com a escola (alunos, professores, diretores, etc.), com a universidade, a formação, o conhecimento, o saber histórico, dentre outros elementos que compõe a cultura histórica das sociedades. Esses contornos estão sempre ancorados em um contexto histórico, cultural e social dos quais o pesquisador jamais poderá desconsiderar.

Notas

¹ DUBAR, Claude. A socialização. *Construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.25.

² ZAMBONI, Ernesta. Panorama das pesquisas no ensino de História. *SAECULUM Revista de História*, n.6/7, Jan/Dez, 2000/2001, p.106. (Os grifos são nossos).

³ O trabalho foi realizado mediante o financiamento da CAPES (Coordenação de Pessoal de Nível Superior).

⁴ WOOD, Ellen. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

⁵ REIS, José Carlos. *História e Teoria. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2006, p.22

⁶ idem

⁷ MOCELLIM, Alan. A questão da identidade em Giddens e Bauman. *Revista Em Tese, UFSC*, v.5, n. 1, ago/dez, 2008, p.1-31.

⁸ RÜSEN, Jörn. A História Entre a Modernidade e a Pós-modernidade. *História: questões e debates*, Curitiba, v. 14, n. 26/27, p. 80-101, jan./dez. 1997, p.82.

⁹ REIS, José Carlos. *História e Teoria. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2006, p.45.

¹⁰ Idem, p.47.

¹¹ HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: presentismo e experiência do tempo*. São Paulo: Autêntica, 2014.

¹² Idem, p. 38.

-
- ¹³ Idem, p.14-15.
- ¹⁴ Idem, p.148.
- ¹⁵ Idem, p.160.
- ¹⁶ BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- ¹⁷ FRAGOSO, Tiago de Oliveira. Modernidade líquida e liberdade consumidora: o pensamento crítico de Zygmunt Bauman. *Perspectivas Sociais*, Pelotas, v.1, n.1, Mar, 2011, p.111.
- ¹⁸ BAUMAN, Zygmunt. *Vida Líquida*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2007, p.7
- ¹⁹ Idem, p.8-9.
- ²⁰ Idem.
- ²¹ BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p.112-113.
- ²² Idem.
- ²³ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- ²⁴ É válido pontuar que em sua obra “Identidade Cultural na Pós-Modernidade”, Stuart Hall (2006) preocupa-se em analisar, de maneira aguçada, a formação das identidades culturais como elementos que tem sua origem nas relações de pertencimento étnicas, linguísticas, religiosas e nacionais. Além disso, ao abordar o conceito de identidade, o autor aponta que é possível distinguir três concepções ao longo da história: a primeira é a *identidade do sujeito do iluminismo* (centrada, unificada, coesa que permanece idêntica ao longo do tempo); *identidade do sujeito sociológico* (marcada pelas diferentes interações do indivíduo com a sociedade) e por último a *identidade do sujeito pós-moderno* (identidade que não é fixa, mas sim em constantes transformações).
- ²⁵ Idem, p.7
- ²⁶ Idem, p.9
- ²⁷ Idem, p.12.
- ²⁸ Idem, p.12.
- ²⁹ RÜSEN, Jörn. *Teoria da História: uma teoria da história como ciência*. Curitiba: Editora UFPR, 2015.
- ³⁰ Idem.
- ³¹ Idem, p.261.
- ³² NUNNER-WINKLER, Gertrud. Formação da identidade em tempos de mudanças velozes e multiplicidade normativa. *Educação*, Porto Alegre, v.34, n.1, jan/abr, 2011.
- ³³ Idem.
- ³⁴ RÜSEN, Jörn. *Teoria da História: uma teoria da história como ciência*. Curitiba: Editora UFPR, 2015, p.263.
- ³⁵ Idem, p.263-264.
- ³⁶ GERMINARI, Geysa Donglei. *A história da cidade, consciência histórica e identidades de jovens escolarizados*. Tese (Doutorado em Educação) –Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, 2011.
- ³⁷ RÜSEN, Jörn. *Razão histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora da UNB, 2001
- ³⁸ DUBAR, Claude. *A socialização. Construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- ³⁹ Idem, p.25.
- ⁴⁰ Idem.
- ⁴¹ Idem, p.135.
- ⁴² Idem, p.136.
- ⁴³ Idem.
- ⁴⁴ Idem.
- ⁴⁵ SANTOS, Clara. A construção Social do conceito de Identidade Profissional. *Interações*, Lisboa, n.8, 2005, p.129.
- ⁴⁶ Idem, p.130.
- ⁴⁷ DUBAR, Claude. *A socialização. Construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- ⁴⁸ Idem, p.137-138.
- ⁴⁹ RÜSEN, Jörn. *Teoria da História: uma teoria da história como ciência*. Curitiba: Editora UFPR, 2015.
- ⁵⁰ RÜSEN, Jörn. *Razão histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora da UNB, 2001
- ⁵¹ DUBAR, Claude. *A socialização. Construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.143.
- ⁵² RÜSEN, Jörn. *Teoria da História: uma teoria da história como ciência*. Curitiba: Editora UFPR, 2015.
- ⁵³ DUBAR, Claude. *A socialização. Construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- ⁵⁴ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. *Vida Líquida*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- DUBAR, Claude. *A socialização. Construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FRAGOSO, Tiago de Oliveira. Modernidade líquida e liberdade consumidora: o pensamento crítico de Zygmunt Bauman. *Perspectivas Sociais*, Pelotas, v.1, n.1, Mar, 2011, p.109-124.
- GERMINARI, Geysa Donglei. *A história da cidade, consciência histórica e identidades de jovens escolarizados*. Tese (Doutorado em Educação) –Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, 2011.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: presentismo e experiência do tempo*. São Paulo: Autêntica, 2014.
- MARTINS, Estevão de Rezende. *Cultura e Poder*. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2007
- MOCELLIM, Alan. A questão da identidade em Giddens e Bauman. *Revista Em Tese*, UFSC, v.5, n. 1, ago/dez, 2008, p.1-31.
- NUNNER-WINKLER, Gertrud. Formação da identidade em tempos de mudanças velozes e multiplicidade normativa. *Educação*, Porto Alegre, v.34, n.1, jan/abr, 2011.
- REIS, José Carlos. *História e Teoria. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2006.
- RÜSEN, Jörn. A História Entre a Modernidade e a Pós-modernidade. *História: questões e debates*, Curitiba, v. 14, n. 26/27, p. 80-101, jan./dez. 1997.
- RÜSEN, Jörn. *Teoria da História: uma teoria da história como ciência*. Curitiba: Editora UFPR, 2015.
- RÜSEN, Jörn. *Razão histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora da UNB, 2001.
- SANTOS, Clara. A construção Social do conceito de Identidade Profissional. *Interações*, Lisboa, n.8, 2005, p.123.

WOOD, Ellen. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ZAMBONI, Ernesta. Panorama das pesquisas no ensino de História. *SAECULUM Revista de História*, n.6/7, Jan/Dez, 2000/2001, p.106. (Os grifos são nossos).